



4.4 Frequência e Assiduidade

- a) Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, nos termos da lei, os alunos são responsáveis pelo cumprimento do dever de assiduidade
- b) Os pais e encarregados de educação dos alunos menores de idade são responsáveis, conjuntamente com estes, pelo cumprimento dos deveres referidos no número anterior
- c) O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino
- d) O controlo da assiduidade dos alunos é obrigatório, nos termos em que é definida na alínea anterior, em todas as atividades escolares letivas e não letivas em que participem ou devam participar.

4.4.1 Faltas

- a) A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória, ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição. A falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar
- b) As faltas são registadas pelo professor da disciplina em suportes administrativos adequados
- c) As faltas de material são as resultantes do facto de o aluno não se fazer acompanhar do material necessário às atividades escolares, estipulando-se que:
 - Em tempos letivos consecutivos, da mesma disciplina, deverá registar-se apenas uma falta de material
 - Quando numa disciplina o aluno ultrapassar três faltas de material por ano, a falta de material nessa disciplina é registada como falta de presença, não justificável
- d) As faltas resultantes da aplicação da ordem de saída da sala de aula, ou de medidas disciplinares sancionatórias, consideram-se faltas injustificadas
- e) As faltas de pontualidade do aluno são equiparadas a falta de presença, embora relatadas como atraso em suportes administrativos adequados.

4.4.2 Dispensa da atividade física

- a) O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física
- b) Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física



- c) Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, o aluno se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde decorre a aula de educação física deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado.

4.4.3 Justificação de faltas

São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:

- a) Doença do aluno, devendo esta ser declarada por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis consecutivos
- b) Isolamento profilático, determinado por doença infecto-contagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente
- c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas
- d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior
- e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas
- f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa
- g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor
- h) Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião
- i) Participação em atividades culturais, associativas e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares
- j) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis
- k) Cumprimento de obrigações legais

A justificação de faltas deve respeitar as seguintes alíneas:

- l) O pedido de justificação da falta é apresentado por escrito pelos pais ou encarregado de educação ou, quando o aluno for maior de idade, pelo próprio, com indicação do dia, hora e da atividade em que a falta ocorreu, referenciando-se os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar, tratando-se de aluno do ensino básico, ou em impresso próprio, tratando-se de aluno do ensino secundário
- m) A justificação é entregue nos serviços administrativos previamente à verificação da falta, quando o motivo é previsível, ou até ao 3º dia útil subsequente, nos restantes casos
- n) O diretor de turma pode solicitar, aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno, quando maior, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos



- o) Nas situações de ausência prolongada justificada, a Escola deve proporcionar ao aluno uma forma que permita a recuperação das aprendizagens em falta, na forma de apoio ou outro tipo de atividades promovidas pelos departamentos ou pela biblioteca.

4.4.4 Faltas injustificadas

As faltas são injustificadas quando:

- a) Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do ponto 4.4.3.
- b) A justificação tenha sido apresentada fora do prazo
- c) A justificação não tenha sido aceite
- d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.

A não justificação ou a não aceitação da justificação de faltas, pressupõe:

- e) Na situação prevista na alínea c) a não aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética
- f) As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, ao aluno, pelo diretor de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

4.4.5 Excesso grave de faltas

- a) As faltas injustificadas não podem exceder o dobro do número de tempos letivos semanais, por disciplina
- b) Quando for atingida metade do limite de faltas injustificadas, os pais ou encarregados de educação ou o aluno, quando maior de idade, são convocados, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma
- c) A notificação referida na alínea anterior deve alertar para as consequências da violação do limite de faltas injustificadas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade
- d) Caso se revele impraticável o referido no número anterior, por motivos não imputáveis à Escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a CPCJ deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela Escola e pelos encarregados de educação
- e) Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b), são também contabilizadas como faltas injustificadas as decorrentes da aplicação da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula, bem como as ausências decorrentes da aplicação da medida disciplinar sancionatória de suspensão.

4.4.6 Efeito da ultrapassagem do limite de faltas

A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade

- a) A ultrapassagem do limite de faltas obriga ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas podendo ainda conduzir à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias, nos termos do Estatuto do Aluno e Ética Escolar



- b) Todas as medidas são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, aos pais ou ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao diretor de turma e ao professor tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.

4.4.7 Medidas de recuperação e integração

A violação dos limites de faltas obriga ao cumprimento de atividades, que permitam recuperar atrasos na aprendizagem e ou a integração escolar e comunitária do aluno. As atividades são aplicadas em função da idade, da regulamentação específica do percurso formativo e da situação concreta do aluno.

- a) As atividades de recuperação da aprendizagem são definidas num Plano Individual de Recuperação (PIR) proposto pelo(s) professor(es) da(s) disciplina(s) em que foi ultrapassado o limite de faltas, elaborado de forma a que o aluno possa recuperar o atraso das aprendizagens
- b) O Plano Individual de Recuperação (PIR) incide sobre a disciplina ou disciplinas em que o aluno ultrapassou o limite de faltas e o recurso ao PIR apenas pode ocorrer uma única vez no decurso de cada ano letivo.
- c) A elaboração do PIR obedece aos seguintes procedimentos:
- O diretor de turma (DT) informa o professor (ou os professores) de que tem de elaborar um PIR
 - O professor entrega, preenchida, a grelha com a estrutura do PIR (no caso de ser mais do que um professor, é preenchida apenas uma grelha com a estrutura do PIR)
 - O diretor de turma convoca o encarregado de educação e o aluno para que estes tomem conhecimento/assinem o documento com a estrutura do PIR
 - A partir do dia seguinte ao que o aluno e o encarregado de educação assinaram o documento, o aluno não pode ter mais faltas injustificadas. Caso contrário, o DT deve comunicar a situação à CPCJ
 - O professor que elaborou o PIR deve entregar o original do relatório na secretaria para constar do processo individual do aluno e entregar uma cópia ao DT
- d) O PIR delineado, pelo professor da disciplina, ou pelos professores das disciplinas em que o aluno ultrapassou o limite de faltas, deverá ter em conta a natureza da(s) disciplina(s) e pode consistir em:
- Resolução de atividades (fichas de trabalho) de caráter essencialmente prático
 - Trabalho escrito sobre um tema da disciplina
 - Relatório de uma atividade experimental
 - Apresentação oral com suporte escrito ou digital
- e) Na elaboração do PIR deve ser tido em conta as seguintes condições:
- se as faltas tiverem sido dadas em dias consecutivos, o plano incide sobre os conteúdos lecionados nesse período
 - se as faltas tiverem sido dadas em dias alternados, o plano incide sobre toda a matéria dada até à data em que o aluno ultrapassou o limite das faltas injustificadas



- f) O PIR será realizado, preferencialmente, em período suplementar ao horário letivo e ocupará, no máximo duas semanas
- g) O trabalho é realizado dentro da Escola, em espaço próprio, para o efeito; poderá também ser desenvolvido fora da Escola, se a natureza do mesmo assim o exigir
- h) Sem prejuízo do disposto no PIR, pode ser proposta pelo DT a realização de outras atividades de caráter cívico ou comunitário, de integração na Escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e/ou semanal de permanência obrigatória do aluno na Escola ou no local onde decorram essas atividades
- i) Após análise das atividades realizadas no âmbito do PIR, o professor/professores fazem o relatório de cumprimento ou incumprimento do mesmo
- j) As informações decorrentes da aplicação do PIR e/ou medidas corretivas devem ser registadas em ata de conselho de turma.

4.4.8 Cumprimento e eficácia das medidas de recuperação e integração

No final do processo o aluno cumpriu o plano individual de recuperação e/ou medidas corretivas e cessou o incumprimento do dever de assiduidade. Neste caso são desconsideradas as faltas em excesso.

4.4.9 Incumprimento ou ineficácia das medidas de recuperação e integração

- a) Findo o processo:
 - O aluno não cumpriu o PIR e/ou medidas corretivas
 - O aluno cumpriu o PIR e/ou medidas corretivas, mas insistiu no incumprimento do dever de assiduidade

Nestas situações é obrigatória a comunicação à CPCJ da área de residência do aluno menor de idade. O aluno do ensino básico está em condições de retenção no ano de escolaridade em curso e o do ensino secundário em condições de exclusão na(s) disciplina(s) em que se verificou o excesso de faltas.
- b) Após o estabelecimento das medidas de recuperação e corretivas, a manutenção da situação do incumprimento do dever de assiduidade, por parte do aluno, determina que o diretor da Escola, na iminência de abandono escolar, possa propor a frequência de um percurso curricular alternativo.